O Direito à Educação Domiciliar



Alexandre Magno Fernandes Moreira



Brasília, DF

Copyright © 2017 de Alexandre Magno Fernandes Moreira

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por EDITORA MONERGISMO
Centro Empresarial Parque Brasília, Sala 23 SE
Brasília, DF, Brasil - CEP 70.610-410
www.editoramonergismo.com.br

1ª edição, 2017

Revisão: Felipe Sabino de Araújo Neto e Rogério Portella

Capa: Bárbara Lima

Projeto gráfico: Marcos R. N. Jundurian

Proibida a reprodução por quaisquer meios, salvo em breves citações, com indicação da fonte.

1102557

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moreira, Alexandre Magno Fernandes

O direito à educação domiciliar / Alexandre Magno Fernandes Moreira – Brasília, DF: Editora Monergismo, 2017.

240 p.; 23cm.

ISBN 978-85-69980-28-5

1. Educação domiciliar 2. Direito 3. Legislação brasileira. I. Alexandre Magno Fernandes Moreira II. Título.

CDD: 371.042

SUMÁRIO

Pre	fácio	7
Introdução		11
I.	Educação: conceitos fundamentais	17
II.	A família	37
	1. Conceito e espécies de famílias	37
	2. O regime jurídico da família	44
	3. Familismo na Constituição Federal	51
III.	O fenômeno da educação domiciliar	55
	1. A instrução dirigida pelos pais	57
	2. Abordagens e situações de educação domiciliar	59
	3. Motivações para a adoção da educação domiciliar	67
	4. Situação da educação domiciliar no mundo e no Brasil	68
IV.	Questões jurídicas fundamentais	71
	1. A dignidade da pessoa humana e a educação infantil	71
	2. O dever de neutralidade do Estado aplicado à educação	99
	3. A liberdade de consciência e de crença na educação infantil	109
	4. O direito de transmitir determinada cultura às novas gerações	115
	5. O pluralismo político	117
	6. Os direitos das associações e a autonomia familiar	124
	7. As relações do poder familiar com o poder estatal	128
V.	O direito à instrução dirigida pelos pais	135
	1. A educação como direito social e o princípio da subsidiariedade	135

STJ00110266

2. O pluralismo político aplicado à educação	138		
3. O princípio da proteção integral ou do melhor interesse da criança	143		
Conclusões	149		
Apêndices			
Reflexões sobre educação e família	175		
Carta do Rio de Janeiro sobre direitos humanos e educação domiciliar	221		
Depoimentos de famílias que optam pela educação domiciliar	231		
Bibliografia	235		